

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Junho de 2017

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

¹Eduardo Cavalcanti de Freitas, ²Sanzio Rodrigues Costa, ³Mônica da Cunha Veloso, ⁴Marlon Fernandes Ramos.

Resumo

O presente trabalho tem como tema: Avaliação escolar, tendo como objetivo, avaliar a aprendizagem escolar dos alunos, tanto no processo de estudo, quanto a tomada de decisão em relação a sua funcionalidade. A pesquisa pautou-se em base bibliográfica considerando a literatura dos seguintes autores: LUCKESI (2013), LIBÂNEO (2014) e HERNÁNDEZ (1998). O trabalho foi desenvolvido a partir da relevância, que a avaliação não deve usar unicamente a classificação dos alunos mediante a atribuição de notas. Neste contexto a avaliação não é parte isolada do processo de ensino aprendizagem. Por essa razão o professor deve conhecer outras maneiras de avaliar a aprendizagem dos alunos de maneira que possa legitimar os critérios avaliativos previstos na LDBEN, como também de fundamentar a prática pedagógica, nos princípios de que os aspectos qualitativos suplantem os aspectos quantitativos.

Palavras-chave: Avaliação Escolar. Classificação. Notas. Ensino-Aprendizagem.

Abstract

The present work has as its theme: School evaluation, aiming at evaluating students' school learning, both in the study process and decision making in relation to their functionality. The research was based on a bibliographical basis considering the literature of the following authors: LUCKESI (2013), LIBÂNEO (2014) and HERNÁNDEZ (1998). The work was developed from the relevance, that the evaluation should not only use the classification of the students through the assignment of notes. In this context, evaluation is not an isolated part of the learning process. For this reason, the teacher must know other ways to evaluate students' learning in a way that can legitimize the evaluation criteria set forth in the LDBEN, as well as to base pedagogical practice on the principles that qualitative aspects supplant quantitative aspects.

Keywords: School Evaluation. Ranking. Grades. Teaching-Learning.

1 Introdução

O presente trabalho tem como tema a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos e a prevalência deste sobre os exames escolares, que eram usados anteriormente.

As questões relatadas neste trabalho são:

- Estudo histórico das origens da avaliação.
- Diferença entre avaliar e examinar.
- A avaliação como elemento subsidiário do processo ensino-aprendizagem.
- A avaliação no processo de planejamento participativo.

A avaliação, diferentemente do exame escolar expressão máxima do autoritarismo e que só visava a promoção, só passou a ser compreendida e divulgada a partir do momento em que Ralf Tyler cunhou essa expressão propondo que os educadores usassem uma prática pedagógica que fosse eficiente e estabeleceu o "ensino por objetivos" que significava estabelecer com clareza o que os educandos deveriam aprender e o que o professor deveria fazer para que o educando aprendesse.

Segundo Luckesi,

O educando não vem para a escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender. Por si, não interessa ao sistema escolar que o educando seja reprovado, interessa que ele aprenda e, por ter aprendido, seja aprovado. (LUCKESI, 2013, p 29)

O objetivo deste estudo é mostrar como educadores e escolas devem usar a avaliação como processo de ensino que se caracteriza pelo seu diagnóstico e inclusão, colocando-a a serviço da aprendizagem.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica realizada a partir de análise de materiais já publicados na literatura e da legislação existente, fundamentado nas idéias e concepção de autores como: Luckesi (2013), Libâneo (2014), e Hernández (1998).

2 Desenvolvimento

Historicamente a avaliação da aprendizagem escolar é muito recente, enquanto que os exames já eram utilizados na China há 3.000 anos antes de Cristo para selecionar soldados. No Brasil, os exames chegaram com os Jesuítas em 1549, junto com o Primeiro Governador Geral, Tomé de Souza e com algumas alterações com a lei LDBEN/1996.

A avaliação começou a ser divulgada a partir de 1930, quando Ralph Tyler cunhou esta expressão e estabeleceu o "ensino por objetivos". Para construir os resultados desejados, propôs um sistema de ensino que seria o mais óbvio possível e que consistia no seguinte:

- (1) ensinar alguma coisa,
- (2) diagnosticar sua consecução,
- (3) caso a aprendizagem fosse satisfatória, seguir em frente.
- (4) Caso fosse insatisfatória, proceder a reorientação, tendo em vista obter o resultado satisfatório.

No Brasil iniciamos a falar em avaliação da aprendizagem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Antes só falávamos de exames escolares. A LDBEN nº. 4.024 de 1961 ainda contém um capítulo sobre exames escolares. Somente com a LDBEN nº. 5.692/71 deixou-se de utilizar a expressão "exames escolares" e passou a usar a expressão " aferição do aproveitamento escolar" e com a LDBEN nº. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aparece finalmente à expressão "avaliação" como verificação do rendimento escolar e com os seguintes critérios: avaliação continuada diagnóstica, processual, formativa, somativa e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Segundo Cipriano Carlos Luckesi

Para distinguirmos essas duas condutas - examinar ou avaliar na escola -, basta lembrar sucintamente que o ato de examinar se caracteriza (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão. (LUCKESI, 2013, p 29)

Ao avaliar os alunos, a partir de vários modelos pedagógicos e das orientações na legislação vigente, chega-se a vários modos de adquirir informações sobre os estudantes, assim como o momento de realizá-las. Para Hernández (1998, p. 94 e 95), pode-se então distinguir três fases no processo de avaliação da aprendizagem que são: Avaliação Inicial onde se detecta os conhecimentos que os alunos já possuem quando começa o curso ou estudo

de um tema; Avaliação Formativa que tem como finalidade não de controlar e qualificar os alunos, mas sim ajuda-los a progredir no caminho do conhecimento. Para os professores, a avaliação formativa implica em um ajuste constante entre o processo de ensino aprendizagem para se ir adequando a evolução dos alunos; e por último a Avaliação Recapitulativa, como processo de síntese de um curso, tema ou nível educativo, momento que nos permite saber se os alunos alcançaram os resultados esperados.

Segundo Fernando Hernández

Tudo dito anteriormente conflui na ideia da necessidade de converter a avaliação numa peça-chave do ensino e da aprendizagem que possibilite aos docentes pronunciar-se sobre os avanços educativos dos alunos e, a esses, contar com pontos de referência para julgar onde estão, aonde podem chegar e do que vão necessitar para continuar aprendendo. (HERNÁNDEZ, 1998, p 97)

Vimos que a avaliação escolar é um processo contínuo e que deve ocorrer nos mais diferentes momentos da prática pedagógica, sendo uma de suas funções determinar o quanto e em que nível de qualidade estão, e ou necessários instrumentos e procedimentos de verificação da aprendizagem escolar.

Segundo José Carlos Libâneo

No início de uma unidade didática deve-se fazer uma sondagem das condições prévias dos alunos, por meio de revisão da matéria anterior, por correção de tarefas de casa, testes rápidos, breves dissertações, discussão dirigida, conversação didáticas etc. Durante o desenvolvimento da unidade acompanha-se o rendimento dos alunos por meio de exercícios, estudo dirigido, trabalho em grupo, observação de comportamento, conversas informais, recordação da matéria, e fazem-se verificações formais por meio de provas dissertativas, provas de questões objetivas, arguição oral. No final da unidade didática ou do bimestre são aplicadas provas de aproveitamento. (LIBÂNEO, 2014, p 225)

A observação dos alunos na sala de aula, recreio, visitas fora da sala de aula, recreio, visitas fora da sala de aula, constituem-se em importantes oportunidades de avaliação, ou seja, são os procedimentos de avaliação os comportamentos que os alunos apresentam, mostram as características

individuais e grupais que podem influenciar a aprendizagem e na medida do possível cabe ao professor modificá-las. Ao observar os alunos, o professor não deve tirar conclusões baseadas em ocorrências esporádicas, sob o risco de erros de observação e à tendenciosidade. A entrevista é uma técnica simples de conhecer e ajudar os alunos no aproveitamento escolar, pois ampliam os dados obtidos nas observações, esclarecendo dúvidas. Ao se entrevistar um aluno, o professor deve colocá-lo à vontade, fazer perguntas claras e deixá-lo falar a maior parte do tempo. A ficha sintética de dados dos alunos é usada para se tabular informações e observações individuais dos mesmos para facilitar o acompanhamento escolar.

Realizadas as avaliações, estas transformam-se em pontos de partida, pontuando os resultados e posteriormente re-planejando a matriz pedagógica. As notas ou conceitos não são objetivos do ensino, mas apenas apresentam os níveis de aproveitamento escolar em relação aos objetivos propostos.

O sistema de conceitos usa termos (excelentes, bom, satisfatório, insatisfatório) ou letra (A, B, C, D), que representam faixas em que se situam os alunos, e o sistema de notas que situa o aproveitamento dos alunos numa escala numérica de 0 a 10 ou de 0 a 100. É possível agrupar os dois sistemas em um só, primeiro atribui-se notas e depois localizando na escala de conceitos. Por exemplo: notas 9 e 10 ou notas entre 90 e 100 = excelente; até notas abaixo da média que pode ser menos 5 ou 6 (de acordo com a escola) = insuficiente.

O registro de valores obtidos pelos alunos pode agrupar as verificações parciais (relatórios, pesquisas, exercícios, trabalhos, provas) estabelecendo para elas um peso (por exemplo, 40%), sobre sua média aritmética, que se juntará à prova final que terá um peso de 60%, gerando pela soma de ambas teremos a nota final. É recomendável que a nota final seja gerada de forma a apresentar o seguinte critério: 6,1 a 6,49 = 6,0; 6,5 a 6,9 = 7,0.

As notas ou conceitos devem sempre ser comunicadas ao aluno de forma que as recebam como diagnóstico do seu progresso e tem legitimidade quando a maioria dos alunos experimentam a satisfação do êxito do bom aproveitamento. As notas também servem para diagnosticar o trabalho do professor, a fim de avaliar os aspectos pedagógico-didáticos.

3 Considerações finais

A avaliação escolar ainda está sendo articulada de maneira arbitrária em muitas escolas. Um dos motivos é que no Brasil, a avaliação só começou a ser discutida a partir dos anos 1970 e como obrigação a partir da LDB nº. 9.394/1996. Os professores mais velhos estudaram ainda com professores que só aplicavam exames. Os professores mais novos, que já estudaram a partir da vigência da LDB nº. 9.394/1996, são os que mais utilizam da avaliação, mas contam na maioria das vezes, com pouco auxílio das escolas, que ainda exigem exames, para a promoção dos alunos.

Outros professores por não serem orientados pela direção da escola ao avaliarem os seus alunos, aplicam provas, sem usarem da avaliação como diagnóstico.

A avaliação quando efetuada no início, meio e ao final do processo, tema ou período e o professor verificando se os educandos em sua maioria estão aprendendo e se necessário revisando a matéria, aplicando outros métodos de ensino, usando de processos didáticos diferentes para então avançar nos conteúdos ou até mesmo indo além do planejamento, apresentando novos contextos atrelados ao ensino contextualizado e significativo, só trará benefícios aos alunos e a escola, pois melhorará o nível de conhecimento dos alunos, a credibilidade da escola, e qualidade da educação.

Referências

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos, **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

HERNÁNDEZ, Fernando, **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**, São Paulo: Artmed Editora S.A., 1998.

Ministério da Educação e Desporto, **Lei nº. 4.024/1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1961.

Ministério da Educação, **Lei nº. 5.692/1971 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília: Ministério da Educação, 1971.

Ministério da Educação, **Lei nº. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília: Ministério da Educação, 1996.